

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Pinto Carreira e os senhores vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Presidente da Câmara Municipal por se encontrar em representação do Município de Lamego, em Oeiras, na 6ª Expo Conferência da Água.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** informou o executivo que esteve em França numa visita de trabalho, juntamente com o senhor Presidente da

Presidente

Secretário

Câmara, à municipalidade francesa de Bouchemaine, situada na região do Loire, com o objectivo de constituir um acordo de gemação que promova o intercâmbio de ideias, experiências e soluções, dentro de uma perspectiva europeia.

Existem vários elementos em comum nos seus territórios, Lamego e Bouchemaine são banhados por um grande rio (Douro e Loire), a cultura do vinho domina grande parte da sua paisagem natural e, não menos importante, as regiões do Douro e do Loire estão inscritas na lista do património mundial da UNESCO como paisagem cultural viva a preservar.

Nascida junto à confluência dos rios Maine e Loire, Bouchemaine fica situada no noroeste da França, próxima do centro histórico de Angers, e é conhecida por oferecer a quem a visita amplos espaços naturais e o charme de uma paisagem rural arborizada. Tem neste momento cerca de 6 mil habitantes. Inserida na região de origem controlada “Savennières” é também afamada pelos seus vinhos brancos secos

Usou da palavra a senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte**, para expressar a sua discordância pela forma como foi feito o convite para esta visita. A antecedência de oito dias com que recebeu a notícia, foi manifestamente insuficiente para lhe permitir planear as suas actividades profissionais, sem prejuízo para a sua actividade docente, o que lamenta, pois gostaria de ter acompanhado a comitiva que se deslocou a França. Daí que apela para que, de futuro, os convites sejam feitos com maior antecedência de tempo possível.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** manifestou o seu público reconhecimento ao senhor Arquitecto Fernando Maia Pinto, pelo brilhante trabalho desenvolvido na direcção do Museu do Douro, desde 2006 até à actualidade, trabalho esse que foi determinante para a afirmação regional, nacional e internacional deste importante projecto museológico da nossa região, tendo mesmo obtido um prémio internacional que a todos nos deve orgulhar e incentivar. O senhor Arquitecto Fernando Maia Pinto, que agora cessa as suas funções por ter atingido o limite de idade, e a consequente reforma, é uma personalidade incontornável na afirmação deste importantíssimo projecto cultural da região do Douro e ficará indelevelmente ligado à sua construção e viabilização. Os restantes

Presidente

Secretário

membros do executivo associaram-se à proposta do senhor Vereador, ficando esta declaração como posição pública do reconhecimento devido a esta personalidade por parte da Câmara Municipal de Lamego.

De seguida o senhor Vereador informou que ia decorrer no Museu dos Diamantes, em Antuérpia, uma exposição intitulada “Circuito dos Diamantes”, de Outubro de 2011 a Janeiro de 2012, e que integra algumas obras de arte nacionais, entre elas um magnífico retrato de D. José I, da autoria do Abade Aparício, pertença do Museu de Lamego. Neste sentido formulou um convite em abstracto a todos os senhores Vereadores, como manifestação pública de agrado pelo facto de haver uma obra de arte do Museu de Lamego numa instituição europeia de grande reputação e valia. Informou ainda que o “courier” designado para acompanhar as obras nacionais foi a Técnica Superior do Museu de Lamego, Dr. ^a Alexandra Braga, o que nos dá bem conta da competência e profissionalismo dos quadros técnicos do nosso Museu, o que nos deve a todos orgulhar.

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** registou com agrado o convite formulado pelo senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** informou que, este ano, a Liga Portuguesa Contra o Cancro escolheu Lamego para, no dia 15 de Outubro de 2011, realizar a Reunião das Comissões do Peditório Nacional da zona Norte que foi coordenada pelo Sr. Dr. Vítor Veloso, Presidente do Núcleo Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro. A reunião em Lamego só foi possível porque o Senhor Presidente da Câmara Municipal disponibilizou o Salão Nobre deste Município o que muito sensibilizou o Senhor Presidente Vítor Veloso que agradeceu reconhecido. As cerca de 70 pessoas presentes almoçaram em Lamego e fizeram um pequeno percurso turístico previamente preparado que lhes deu a conhecer a nossa cidade.

Nesse mesmo dia, à noite, na Quinta Branca, o Hotel Lamego levou a cabo a “Primeira Gala das Vindimas” onde estiveram presentes cerca de 240 pessoas e que reverteu inteiramente a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro. A Senhora Vereadora elogiou o ato solidário da Administração daquele Hotel que deve orgulhar Lamego e os Lamecenses até pelo profissionalismo com que foi organizado que deixou todos os participantes perfeitamente encantados.

Presidente

Secretário

A senhora vereadora informou, ainda, que, em representação da Câmara municipal, esteve presente na cerimónia de lançamento do Guia do Douro Religioso elaborado pela Turel que decorreu no Mosteiro de S. João de Tarouca sendo que o referido Guia ser encontra bastante bem conseguido e vem acompanhado de um mapa com os três percursos delineados: Rota do Douro Maravilhoso, Rota Paisagens e Religião e Rota do Douro a 7 chaves. Este guia e o respetivo mapa irá ser colocado nos postos de turismo e em entidades associadas ao Turismo.

NOTÍCIA SOBRE A POSSÍVEL ASSOCIAÇÃO DE LOIRE AO DOURO (COD 14)

O senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Exma. Câmara do teor de um artigo escrito no jornal em França sobre a possível associação entre Loire e Douro para 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RELATÓRIO SEMESTRAL DE GESTÃO E CONTAS DA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM (COD 22-A)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara, de acordo com a alínea e) do artigo 18º dos Estatutos da Lamego Convida, EEM, do Relatório de Gestão e Contas referente ao 1º semestre do ano económico de 2011 da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

INFORMAÇÃO SOBRE RUÍDO ELABORADA PELA P.S.P. (COD 50)

O senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal de uma informação sobre ruído elaborada pela Polícia de Segurança Pública (P.S.P.), datada de 25 de Setembro de 2011, alusiva ao excesso de ruído proveniente de uma “RAVE” (concerto de música electrónica), que decorreu nessa mesma data no Museu de Lamego. A referida informação foi desencadeada devido a inúmeras chamadas telefónicas efectuadas por moradores da cidade de Lamego recebidas nessa madrugada na P.S.P, a qual informou os reclamantes que o referido evento se encontrava devidamente autorizado.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 10 de Janeiro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 4 de Outubro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOSÉ ALBERTO FIGUEIRA DA FONSECA LIMA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 513/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 740/DMSU, de 3 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 80817, relativa ao mês de Julho de 2011, referente à instalação n.º 10749, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MARIA ENCARNAÇÃO AMARO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 514/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 731/DMSU, de 29 de Setembro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 75708, relativa ao mês de Junho de 2011, referente à instalação n.º

Presidente

Secretário

16326, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MARGARIDA GONÇALVES LOPES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 515/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 756/DMSU, de 10 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 66202, relativa ao mês de Junho de 2011, referente à instalação n.º 7295, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: PROPOSTA DE PROJECTO DO PLANO HIDROLÓGICO DO LADO ESPANHOL DA DEMARCAÇÃO DA BACIA DO RIO DOURO (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 541/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos referindo que esteve em consulta pública durante de seis meses a proposta de projecto do plano Hidrológico do lado Espanhol da demarcação da bacia do Rio Douro e dado que não foram recebidas quaisquer observações ou reclamações para serem avaliadas pelo Instituto da Água e Planeamento da Confederação propõe à Exma. Câmara a análise e deliberação deste assunto.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de projecto do plano Hidrológico do lado Espanhol da demarcação da bacia do Rio Douro.

06-ASSUNTO: FUNDAÇÃO DR. JOÃO DE ALMEIDA (COD 08)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício emanado da Presidência de Conselho de Ministros informando da suspensão da apreciação dos processos de

Presidente

Secretário

reconhecimento de fundações constituídas com a participação de pessoas colectivas públicas, nomeadamente o processo de reconhecimento da Fundação Dr. João de Almeida, uma vez que se encontra em preparação um novo regime legal que se pretende venha a ser aplicável a tais entidades.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CONDOMÍNIO DO PRÉDIO DO EDIFÍCIO DO RIBEIRINHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 516/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que através da informação n.º 705/DMSU, de 21 de Setembro de 2011, é participado o desaparecimento do contador de água n.º 3957974, da instalação predial n.º 27866, sita na Praça Dr. Fernando Amaral, Edifício Ribeirinho, A, B, C, D e cujo titular do contrato de fornecimento de água é Condomínio do Prédio do Edifício do Ribeirinho pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 94º do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, a instauração do processo de contra-ordenação contra Condomínio do Prédio do Edifício do Ribeirinho.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 56/2009 (COD 17)

ARGUIDO: ANTÓNIO PINTO MONTEIRO

Presente proposta de deliberação n.º 517/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo segundo a qual, finalizada a instrução do processo de contra-ordenação mencionado em epígrafe propõe à Exma. Câmara que delibere, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, a absolvição do arguido da contra-ordenação de que vem acusado e o arquivamento do processo de contra-ordenação n.º 56/2009.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 39/2008 (COD 17)

ARGUIDO: LUÍS GIL MARQUES VIEIRA

Presidente

Secretário

Presente proposta de deliberação n.º 533/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, face ao conteúdo da proposta de decisão e do relatório da instrutora nomeada, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, e fazem parte desta decisão e ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja absolvido o arguido da contra-ordenação de que vem acusado e o arquivamento do processo de contra-ordenação n.º 39/2008.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 99/2005 (COD 17)

ARGUIDA: SOCIEDADE DOS BARES E CAFÉS D'AVENIDA, LDA.

Presente proposta de deliberação n.º 536/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, face ao conteúdo da proposta de decisão e do relatório da instrutora nomeada, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, e fazem parte desta decisão e nos termos do n.º 2 do artigo 54º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja considerado prescrito o presente procedimento contra-ordenacional, pelo decurso do respectivo prazo legal, acrescido de metade, ou seja, desde 05.04.2008, arquivando-se os autos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 1/2006 (COD 17)

ARGUIDA: SOCIEDADE DOS BARES E CAFÉS D'AVENIDA, LDA.

Presente proposta de deliberação n.º 537/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, face ao conteúdo da proposta de decisão e do relatório da instrutora nomeada, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, e fazem parte desta decisão e nos termos do n.º 2 do artigo 54º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja absolvida a arguida da contra-ordenação de que vem acusada, prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 33º e punida nos termos do n.º 2 do mesmo artigo do Decreto Regulamentar n.º 38/97, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/99, de 1 de Abril, por infracção ao disposto no artigo 19º, n.º 1, alínea c), do citado Decreto Regulamentar.

Propõe, ainda, relativamente às infracções ao disposto nos artigos 13º, 14º, n.º 1, 2 e 26º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 57/2002, de 11 de Março, seja considerado prescritas as presentes contra-

Presidente

Secretário

ordenações, pelo decurso do respectivo prazo legal, ou seja, desde 11.04.2009, arquivando-se os autos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 22/2006 (**COD 17**)

ARGUIDA: SOCIEDADE DOS BARES E CAFÉS D'AVENIDA, LDA.

Presente proposta de deliberação n.º 538/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, face ao conteúdo da proposta de decisão e do relatório da instrutora nomeada, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, e fazem parte desta decisão e nos termos do n.º 2 do artigo 54º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja considerado prescrito o presente procedimento contra-ordenacional, pelo decurso do respectivo prazo legal, ou seja, desde 24.07.2009, arquivando-se os autos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 101/2005 (**COD 17**)

ARGUIDA: PASTELARIA LAMECENSE, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

Presente proposta de deliberação n.º 539/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, face ao conteúdo da proposta de decisão e do relatório da instrutora nomeada, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, e fazem parte desta decisão e nos termos do n.º 2 do artigo 54º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja considerado prescrito o presente procedimento contra-ordenacional, pelo decurso do respectivo prazo legal, ou seja, desde 08.05.2009, arquivando-se os autos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO (**COD 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 529/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural, para que a Técnica Superior Helena Carla da Silva Baptista Coelho seja nomeada elemento suplente em substituição da Técnica Superior Andreia Liliana dos Santos Fonseca no Núcleo Local de Inserção de Lamego.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

15-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VISEU (**COD 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 530/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural para que seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a Escola Superior de Educação de Viseu, no âmbito da realização de projectos de Licenciatura em Educação Ambiental.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL (**COD 22-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 540/22-A/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que nos termos da alínea i), do artigo 23º dos estatutos da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, seja apreciada e deliberada a proposta de prestação de serviços de revisão legal, visando fixar a remuneração do Fiscal Único, para o exercício a findar em 31 de Dezembro de 2011.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta de prestação de serviços de revisão legal, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que declarou ter uma posição contrária a este modelo de gestão, consentânea, aliás, com a posição pública que o Partido Socialista sempre manifestou a propósito da formação e funcionamento desta empresa municipal.

17-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ALVARÁ N.º 2/10 (**COD 39**)

REQUERENTE: MANUEL AUGUSTO PINTO DE BARROS

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE REPOLOS - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 518/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 40, de 19 de

Presidente

Secretário

Agosto de 2011, para recepção provisória das obras de urbanização do loteamento com o alvará n.º 2/10, reduzindo-se o valor da caução para 336.623,37€.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO:CONSTRUÇÃO DO PARQUE EÓLICO DA FONTE DA MESA II (COD 42)

REQUERENTE: ÉOLICA DO ALTO DOURO, S.A.

LOCAL DA OBRA: SERRA DAS MEADAS - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 531/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 46, de 1 de Setembro de 2011, para recepção provisória das obras de urbanização, reduzindo-se o valor da caução para 3.412,50€.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, voltando numa próxima reunião.

19-ASSUNTO:CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: PAULO SÉRGIO COELHO LOPES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CAMPO DOS COITINHOS - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 532/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, em 29 de Março de 2011, o requerente solicitou a concessão de licença para a realização de obras de construção de uma moradia unifamiliar no prédio descrito na Conservatória do registo Predial de Lamego sob o n.º 3170/20110128, da freguesia de Penajóia.

De acordo com a indicação do local onde se prende fazer a obra, no extracto da planta de ordenamento do PDM de Lamego, esse prédio situa-se na Área de Ocupação Condicionada, tem uma área superior a 1500 m2, acesso a partir do caminho público e é contíguo a construções existentes que têm uso habitacional, pelo que nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 38º do regulamento do PDM, a licença poderia vir a ser concedida.

No entanto, no ponto 3) da informação n.º 1472, de 6 de Abril de 2011, é referido que: *“De acordo com o local assinalado na planta de ordenamento o referido prédio situa-se na designada Área de Salvaguarda – Reserva Ecológica Nacional.”*

Presidente

Secretário

reafirmando-se na informação n.º 2544, de 20 de Junho de 2011, que “(...) o terreno do requerente (...) à data é abrangido pela REN.”.

Na verdade, dispõe o n.º 1 do artigo 41º do Regulamento do PDM, com a epígrafe “Reserva Ecológica Nacional (REN)”, que “As áreas da REN estão incluídas nesta zona e encontram-se delimitadas de forma global na planta de condicionantes (escala de 1:10 000) de acordo com o publicado no Diário da República, (...)”, tendo a delimitação da REN do concelho de Lamego sido aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/99, publicada no Diário da República – I Série-B, n.º 186, de 11 de Agosto, constando da planta anexa à mesma, e que dela faz parte integrante.

Acontece todavia que, a REN do PDM de Lamego, delimitada na respectiva planta de condicionantes, e que foi entregue ao requerente, no momento em que deu entrada o pedido de licenciamento, contém um erro material relativamente à REN para a área da freguesia da Penajóia, uma vez que atenta a mesma, a operação urbanística pretendida incide em Área de Ocupação Condicionada, mas tendo presente a delimitação aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/99, já recai em REN.

Assim sendo, e não obstante a REN aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/99 prevalecer sobre a REN delimitada na planta de condicionantes do PDM, a verdade é que os serviços camarários disponibilizaram ao requerente, para que o mesmo pudesse instruir o seu pedido de licenciamento, extracto da planta de ordenamento do PDM, nos termos da qual, e de acordo com a indicação do local onde pretende fazer a obra, o respectivo prédio se situaria na Área de Ocupação Condicionada, criando-lhe assim a expectativa de que a licença para a realização das obras de construção pretendidas lhe poderia vir a ser concedida, uma vez que se cumpriram as normas regulamentares impostas para essa área.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que delibere, a título de decisão final, e nos termos na alínea a), do n.º 1, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, indeferir pedido de licenciamento para construção da moradia unifamiliar, em virtude de o prédio objecto da operação urbanística pretendida, de acordo com a delimitação da REN constante da planta anexa e integrante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/99, publicada no Diário da República – I Série-B, n.º 186, de 11 de Agosto, integrar a REN.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, conforme proposto.

20-ASSUNTO:CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM AGRÍCOLA (COD 42)

REQUERENTE: FRANCISCO MIRANDA GONÇALVES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE CHÃOS - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 519/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 3790/DUDE, de 23 de Setembro de 2011 e dado que o requerente foi notificado, nos termos do artigo 101º do C.P.A., do projecto de decisão de declaração de caducidade do acto de licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, além disso, o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação nem se pronunciou dentro dos prazos concedidos, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere declarar a título de decisão final, a caducidade do acto de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, dando conhecimento desta decisão ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO:INSTALAÇÃO DE UMA SERRALHARIA - LEGALIZAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM PINTO FERREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA POUSADA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 520/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 3739/DUDE, de 21 de Setembro de 2011 e dado que o requerente foi notificado, nos termos do artigo 101º do C.P.A., do projecto de decisão de declaração de caducidade do acto de licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, além disso, o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação nem se pronunciou dentro dos prazos devidos, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere declarar a título de decisão final, a caducidade do acto de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, dando conhecimento desta decisão ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

22-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DAS OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO (COD 42)

REQUERENTE: MARIA DA ENCARNAÇÃO GOMES FREITAS AMARO

LOCAL DA OBRA: RUA DO OUTEIRO - VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 521/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 3720/DUDE, de 20 de Setembro de 2011, a requerente solicitou a redução das taxas no valor de 2.801,73 € a pagar pela emissão da licença de construção, bem como o pagamento em 24 prestações mensais, devido a dificuldades económicas.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 26º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, a Câmara Municipal pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da tabela anexa, relativas à construção, remodelação ou beneficiação das habitações dos agregados familiares, cujo rendimento mensal global não exceda o salário mínimo nacional. O n.º 2 do mesmo artigo refere que ficam liminarmente excluídos dos benefícios expressos no presente artigo todas as intervenções iniciadas clandestinamente.

Refere também o n.º 2 do artigo 15º do referido Regulamento que é da competência da Câmara o deferimento do pagamento em prestações mensais, podendo condicionar-se essa autorização à prestação de caução ou garantia idónea.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que delibere se concede, ou não, a redução das taxas, bem como o seu pagamento em 24 prestações mensais.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento em 24 prestações mensais.

23-ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA EXPLORAÇÃO DO POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (COD 42)

REQUERENTE: PONCIO ALVES JANEIRO E IRMÃO, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 522/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, em 23 de Agosto de 2011, o requerente solicitou a prorrogação do alvará de exploração n.º 4, de 17 de Setembro de 2009, referente ao posto de abastecimento de combustíveis líquidos,

Presidente

Secretário

sito na Av. Regimento de Infantaria n.º 9, pelo período de mais um ano, justificando o pedido com pressupostos invocados no requerimento datado de 3 de Abril de 2009.

Por despacho do senhor Presidente da Câmara, de 16 de Setembro de 2009, foi deferida a pretensão e emitido a título provisório o alvará de exploração n.º 4, de 17 de Setembro de 2009, nos termos do n.º 2 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de Novembro, e Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro.

Em 21 de Julho de 2010, o requerente requereu a prorrogação do prazo de exploração pelo período de um ano, tendo sido aprovada por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião realizada em 24 de Agosto de 2010.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere se é, ou não, de conceder a prorrogação solicitada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder a prorrogação do prazo de exploração do posto de abastecimento de combustíveis líquidos, pelo período de mais um ano.

24-ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (**COD 42**)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura de obras particulares aprovados durante o mês de Setembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

25-ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA INDEFERIDOS (**COD 42**)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura de obras particulares indeferidos durante o mês de Setembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

26-ASSUNTO: LISTAGEM DA ACEITAÇÃO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA (**COD 42**)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo da listagem da aceitação de comunicação prévia.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

27- ASSUNTO: RESUMO DA ACTIVIDADE DA DIVISÃO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da actividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento, Económico Desenvolvido durante o mês de Setembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

28-ASSUNTO: LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS EM SETEMBRO DE 2011 (COD 45)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem das despesas autorizadas no mês de Setembro de 2011, nos termos do n.º 6 do artigo 39º, do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

29-ASSUNTO: CEDÊNCIA GRATUITA DA RETROESCAVADORA À JUNTA DE FREGUESIA DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS E DO TRATOR À JUNTA DE FREGUESIA DE BRITIANDE (COD 47)

Presente à reunião de Câmara Municipal a informação do senhor Presidente da Câmara Municipal relatando o seguinte:

1) A Câmara Municipal de Lamego, procedeu em 2007/01/09, à substituição do trator agrícola de marca Massey Fergusson, em virtude do mesmo ter avariado, e a sua reparação ser demasiado avultada, bem como, não permitia o funcionamento do limpa bermas, e da pá limpa Neves hidráulica, sendo estes equipamentos extremamente importantes, no âmbito da protecção civil, pelo que houve necessidade de adquirir um equipamento versátil que permitisse incorporar estes equipamentos, tendo-se optado pela aquisição de um novo da marca Deutz-Fahr. Esta viatura já se encontrava ao serviço da Câmara Municipal de Lamego desde 29/10/1986, inventariada com o n.º 17293, com valor contabilístico nulo.

2) A Câmara Municipal de Lamego, procedeu 2009/12/07 à substituição da retroescavadora da marca Massey Fergusson, em virtude da viatura, estar constantemente avariada, o braço traseiro já não funcionava, não conseguindo

Presidente

Secretário

efetuar os serviços para a qual era requisitada, o que implicava um acréscimo do número de alugueres de retroescavadoras. Esta viatura já se encontra ao serviço da Câmara Municipal de Lamego desde 29/10/1986, encontra-se inventariada com o n.º17289, com valor contabilístico nulo. Foi aberto um procedimento para a aquisição de uma viatura similar, tendo sido adquirida uma nova retroescavadora ao entreposto máquinas, da marca Case.

Face ao exposto, deu conhecimento à Câmara Municipal de Lamego da cedência da retroescavadora da marca Massez Fergusson, à Junta de freguesia de Várzea de Abrunhais e da cedência do trator da marca Massez Fergusson, à Junta de freguesia de Britiande.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

30-ASSUNTO: CONDICIONALISMOS QUE SERVIRÃO DE BASE AOS CONTRATOS DE COMODATO DOS EDIFÍCIOS DAS ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS, A REALIZAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA (**COD 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 542/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 386/DFP/PAT, de 23 de Setembro de 2011, informando a Câmara Municipal das cláusulas, abaixo discriminadas, que integrarão os contratos de comodato a celebrar com as Juntas de Freguesia, existindo o interesse em instalar nos edifícios das antigas escolas primárias, associações com fins culturais ou sociais, de apoio a jovens e idosos.

- 1) O edifício terá especificamente como destino a transformação num espaço multifuncional a ser utilizado pelas Associações da Freguesia, com fins culturais ou sociais, de apoio a jovens e idosos, competindo à Junta de Freguesia gerir essa mesma utilização, através de parcerias;
- 2) Não poderá ser dado fim diverso daquele para o qual vier a ser autorizado, diferente do referido no ponto anterior, a não ser que obtenha a necessária autorização por parte da cedente;
- 3) O edifício será devolvido, no prazo de seis meses, se não lhe for dado efectivo uso e para os fins solicitados, bem como, no caso da Câmara Municipal necessitar do imóvel para determinado fim de interesse público, deverá notificar com a antecedência de seis meses, para a entrega do imóvel.

Presidente

Secretário

4) A exemplo de situações análogas, o comodato poderá ser constituído por um período de 10 anos, aceitando-se a sua prorrogação automática e sucessivamente por períodos de cinco anos, caso nenhuma das partes o denunciem, por escrito com antecedência de 1 ano.

5) A Junta de Freguesia fica também obrigada a zelar pela guarda, conservação e manutenção das instalações, não podendo fazer uso imprudente do mesmo, que possa de qualquer forma acarretar riscos de perda ou deterioração, sendo responsável pelo pagamento das despesas de funcionamento e as despesas com os consumos de energia eléctrica, água, telefone, etc.

6) A Junta de Freguesia não poderá arrendar o imóvel por qualquer forma ou título, sem a expressa autorização da Câmara Municipal;

7) A Câmara Municipal poderá ainda autorizar, que a Junta de Freguesia efectue obras de manutenção, reparação e adaptação consideradas adequadas ao fim a prosseguir, mediante prévia autorização escrita da Câmara;

8) Terminado o prazo da cedência, sem que seja novamente renovado, as Juntas de Freguesia deverão devolver os imóveis em perfeitas condições de conservação, sendo que caso não aconteça, as Juntas de Freguesia, serão responsabilizadas pelos danos causados aos imóveis.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal a apreciação e aprovação das cláusulas que integrarão os contratos de comodato dos imóveis das antigas escolas primárias às Juntas de Freguesia, que manifestem interesse na sua cedência.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

31-ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA E DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 523/51/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural para que, face à informação n.º 377/DFP/PAT, de 15 de Agosto de 2011, propõe à Exma. Câmara Municipal a aprovação do projecto de regulamento municipal de atribuição de habitação social em regime de renda apoiada e de gestão das habitações propriedade do Município de Lamego.

Presidente

Secretário

Mais propõe, que decorrido o prazo de discussão pública, o processo seja remetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

32-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 51**)

REQUERENTE: MARCO PAULO DA COSTA RODRIGUES – BAR PUROMALTE, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 524/51/11 do senhor Vereador das Actividades Económicas e Turismo, para que, no seguimento do pedido do senhor Marco Paulo da Costa Rodrigues, gerente do bar Puromalte, Lda., seja ratificado o seu despacho, datado de 4 de Outubro de 2011, que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã para as 06H00, nos dias 5, 8, 9, 15, e 16 de Outubro de 2011, e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 22, 23, 29 e 30 de Outubro, 1, 5, 6, 12, 13, 20, 26 e 27 de Novembro, 1, 3, 4, 8, 10, 11, 17, 18, 24, 25 e 31 de Dezembro de 2011 e 1 de Janeiro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

33-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 51**)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 525/51/11 do senhor Vereador das Actividades Económicas e Turismo, para que, no seguimento do pedido do

Presidente

Secretário

senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho, gerente do bar Trebaruna, seja ratificado o seu despacho, datado de 7 de Outubro de 2011, que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã para as 06H00, nos dias 8, 9, 15, e 16 de Outubro de 2011, e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 22, 23, 29 e 30 de Outubro e 1 de Novembro de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

34-ASSUNTO: MINUTAS DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM ENTIDADES DESPORTIVAS (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 534/52-A/11 da senhora Vereadora da Juventude e Desporto para que sejam aprovadas as minutas dos protocolos a celebrar entre o Município de Lamego e a seguintes entidades desportivas, no valor de 17.700,00 €, (dezassete mil e setecentos euros), de acordo com o mapa abaixo discriminado.

| | |
|--|-------------------|
| Amigos de Ferreiros – Associação Cultural e Desportiva | 1.000,00€ |
| Associação Voluntária de Lamego – Ténis de Mesa | 4.000,00€ |
| Clube de Voleibol da Escola Secundária Latino Coelho | 7.000,00€ |
| Clube de Voleibol do Colégio de Lamego | 5.000,00€ |
| Comissão de Melhoramentos de Ferreiros | 700,00€ |
| TOTAL | 17.700,00€ |

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou que entende que as Associações/Clubes devem encontrar meios de financiamento próprios para as suas actividades, tornando-se, assim cada vez menos dependentes dos protocolos a celebrar com a Câmara Municipal. Esta posição foi corroborada pela Vereadora

Presidente

Secretário

da Juventude e Desporto, afirmando que tem tentado que este aspeto seja uma constante nos planos de atividades das Associações/Clubes e em todos os contatos com estes, tem partilhado esta preocupação, alertando que os clubes sem capacidade de auto financiamento terão os dias contados.

35-ASSUNTO: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DE TODOS OS SANTOS (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 526/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 736/DMSU de 3 de Outubro de 2011, autorize o condicionamento de trânsito para a realização da Festa de Todos os Santos a realizar na estrada municipal que liga a EN 222 à EN 313, na freguesia de Parada do Bispo, entre as 21.00h do dia 31 de Outubro e as 13.00h do dia 1 de Novembro de 2011, sendo permitida a circulação no sentido inverso.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

36-ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

REQUERENTE: CONDOMÍNIO SITO NA QUINTA DA BOA PASSAGEM, LOTE D EM LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 527/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos segundo a qual, face ao teor da informação n.º 729/DMSU de 29 de Setembro de 2011, o requerente em 15 de Setembro de 2011, solicita a colocação de um sinal vertical de sentido proibido (C1), acompanhado com o painel adicional M(10a) (excepto moradores, propriedade privada), na entrada do logradouro do edifício sito na Quinta da Boa Passagem, Lote D, no Lugar das Oliveiras, em Lamego.

Segundo a informação n.º 5463/DUDE, de 17 de Dezembro de 2009, o logradouro pertence ao domínio privado, embora não consubstancia a prática de qualquer acto administrativo, existindo no local iluminação pública, redes públicas de saneamento básico e água.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal a apreciação e deliberação sobre o assunto em epígrafe.

Presidente

Secretário

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

37-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA FREGUESIA DE LALIM (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 528/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 751/DMSU, de 6 de Outubro de 2011, delibere colocar a seguinte sinalização de trânsito na freguesia de Lalim:

- Trânsito proibido a veículos pesados (C3b), na Rua da Revolta, junto à fonte do Ribeiro.
- Trânsito proibido a veículos pesados (C3b), na Rua da Revolta, entrada da ponte.
- Trânsito proibido a veículos pesados (C3b) acompanhado com painel adicional (300m), na estrada da Goucha, cruzamento Parque Mãe Natureza.
- Trânsito proibido a veículos pesados (C3b), na estrada da Goucha, entrada da ponte.

A sinalização referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

38-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO ESCADÓRIO DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, FONTES E LAGOS (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 544/41/11 do senhor Presidente da Câmara para que, nos termos do artigo 18º, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artigo 36º, do n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, aprove o projecto de execução e autorize a abertura do procedimento nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP.

Presidente

Secretário

Mais propõe que, sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente:

Caderno de Encargos, Programa de Concurso, às quais, devem ser acrescentados as seguintes condições:

1 – Preço total resultante da proposta considerado anormalmente baixo – 20% do preço que o dono da obra considera o justo para a execução da obra;

2 – Critério de Adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores e sub factores e respectivos índices de ponderação:

Preço – 50%

Valia Técnica – 50%

A classificação das propostas relativamente ao factor preço (P) resulta da pontuação obtida através da seguinte fórmula:

$$P = [- 4 \times (V_p/P_b) + 7,2 \times (V_p/P_b) + 1,75] \times 10$$

Em que :

Pb – Preço base do concurso;

Vp – Valor da proposta concorrente em avaliação.

A valia técnica da proposta (VT) será o resultado de 4 sub factores:

V1 - Garantia e qualidade técnica da proposta – 20%

V2 - Programação dos trabalhos – 10%;

V3 - Meios afectos à obra – 10%;

V4 - Sistema de segurança higiene na obra – 10%

Júri do concurso:

Presidente: Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo Eng.ª Civil

Vogal: André do Cabo Pires, Eng.ª Civil

Vogal: Cláudia Maria Oliveira Dias, Eng. Civil

Membros Suplentes

Margarida João Aguiar Marinho, Eng.ª Elect.

José Carlos Moura Guedes

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de execução e autorizar a abertura do concurso, bem como aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, propostos.

39-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE PENUDE (COD 41)

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 545/41/11 do senhor Presidente da Câmara para que, nos termos do artigo 18º, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artigo 36º, do n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, aprove o novo projecto de execução com o custo de 890.000,00 € (oitocentos e noventa mil euros) e autorize a abertura do procedimento nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP.

Mais propõe que, sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente:

Caderno de Encargos, Programa de Concurso, às quais, devem ser acrescentados as seguintes condições:

1 – Preço total resultante da proposta considerado anormalmente baixo – 20% do preço que o dono da obra considera o justo para a execução da obra;

2 – Critério de Adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores e sub factores e respectivos índices de ponderação:

Preço – 50%

Valia Técnica – 50%

A classificação das propostas relativamente ao factor preço (P) resulta da pontuação obtida através da seguinte fórmula:

$$P = [- 4 \times (Vp/Pb2) + 7,2 \times (Vp/Pb) + 1,75] \times 10$$

Em que :

Pb – Preço base do concurso;

Vp – Valor da proposta concorrente em avaliação.

A valia técnica da proposta (VT) será o resultado de 4 sub factores:

V1 - Garantia e qualidade técnica da proposta – 20%

V2 - Programação dos trabalhos – 10%;

V3 - Meios afectos à obra – 10%;

V4 - Sistema de segurança higiene na obra – 10%

Júri do concurso:

Presidente: Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo Eng.ª Civil

Vogal: André do Cabo Pires, Eng.º Civil

Vogal: Cláudia Maria Oliveira Dias, Eng. Civil

Membros Suplentes

Margarida João Aguiar Marinho, Eng.ª Elect.

Presidente

Secretário

Marcos Henriques Pereira Soeiro, Eng. SHT

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o novo projecto de execução e autorizar a abertura do concurso, bem como aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, propostos.

40-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE HOTEL RURAL (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ PEDRO DE SILVEIRA CYRNE DE VASCONCELOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 546/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, no seguimento do pedido do senhor José Pedro de Silveira Cyrne de Vasconcelos e nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, seja classificada de interesse municipal a operação urbanística, nos termos e para os efeitos do Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho e conceda os incentivos previstos no Regulamento, sendo que o valor das taxas a pagar pela emissão da licença de construção é de 4.761,71€, com a concessão dos incentivos o valor total é de 2.144,22 €.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

41-ASSUNTO: PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO, POR TRANSFERÊNCIA DE ACTIVIDADE COMERCIAL, DEVIDO A AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO, PARA ALARGAMENTO DA AV. D. EGAS MONIZ – DAÇÃO EM PAGAMENTO DO LOTE 17 DA ZONA INDUSTRIAL DE LAMEGO (COD 47)

REQUERENTE: INTERLAMEGO - TRANSPORTE E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 543/47/11 do senhor Presidente da Câmara a qual refere que, para alargamento da Av. D. Egas Moniz o Município de Lamego negociou com os Herdeiros de Francisco Rodrigues Teixeira, a aquisição de uma parcela de terreno com 747,77 m2, que confronta de Norte com a Estrada Nacional, de Nascente com os possuidores, de Sul com Caminho Público, e de Poente com a Estrada Nacional, necessária para a construção da rotunda da Av. Egas Moniz a desanexar ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 22-D, descrito na C.R.P. sob o n.º 00364/301090, cujo valor da avaliação pelo perito

Presidente

Secretário

avaliador foi de 46.758,06 € (Quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros e seis cêntimos);

Esta parcela, junto à rotunda do E'leclerc, estava ocupada pela empresa Interlamego – Transportes e Materiais de Construção, Lda.”, onde desenvolvia a sua actividade comercial/industrial.

De acordo com o n.º 4 do artigo 30.º e o n.º 1 do artigo 31.º do Código de Expropriações, nos casos em que haja interrupção da actividade comercial, industrial, liberal ou agrícola, haverá direito ao pagamento de uma indemnização correspondente aos prejuízos da cessação inevitável ou da interrupção e transferência dessa actividade, sendo que a essa indemnização acresce ao valor do prédio.

Foi solicitada uma avaliação ao perito avaliador, Eng. Luis Martins, para transferência de parte do estaleiro de matérias-primas, mercadorias, máquinas e equipamentos e demais bens, na área em negociação, incluindo a adaptação e preparação de infra-estruturas de apoio à actividade que aquela desenvolve, devido a aquisição de uma parcela de terreno, tendo sido atribuído o valor de 49.638,82 €, como valor de indemnização calculada com a aplicação dos Métodos dos Custos. Negociado o valor da indemnização com os gerentes da Interlamego, foi acordado o valor de 42.000,00 €, ou, em contrapartida, o pagamento da indemnização com o lote n.º 17 (dação em pagamento), da Zona Industrial de Lamego com uma área de 3.931 m2.

- Atendendo à actual conjuntura económica, não existe procura de lotes industriais, dos 25 lotes existentes na ZIL, somente 9 foram alienados, e destes, faltam ainda realizar 4 escrituras de compra e venda;

- A deslocalização desta empresa para a Zona Industrial, permitiria retirar do centro da cidade, mais um empresa de terraplanagens, com os benefícios que daí se pode retirar, uma vez que diminuiria a circulação de pesados e de máquinas, e aumentaria o número de empresas na Zona Industrial, rentabilizando o investimento efetuado pelo Município de Lamego.

- Permite resolver um problema que já se arrasta, desde 2007, e evita o pagamento de uma quantia, que poderá ser canalizada para outros investimentos.

Presidente

Secretário

Face ao supra exposto, proponho à Exma. Câmara o pagamento da indemnização no valor de 42.000,00 €, com o lote n.º 17 (dação em pagamento), nos termos e condições acima referenciados.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

42-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 51)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA – OLD ROCK CAFÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 535/51/11 do senhor Vereador das Actividades Económicas e Turismo, para que, no seguimento do pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, gerente do Old Rock Café, seja ratificado o seu despacho, datado de 14 de Outubro de 2011, que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã para as 06H00, no dia 15 de Outubro de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

43-ASSUNTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM O INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS, I.P. (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 547/52-A/11 do senhor Presidente da Câmara a qual refere que, considerando o interesse do projecto de navegabilidade do Douro no contexto do desenvolvimento turístico regional; considerando as atribuições do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. na promoção e desenvolvimento do Douro através da navegabilidade; considerando o estabelecido no Plano de Cais Turístico-fluviais do Douro que confere ao Cais de Bagaúste a caracterização de cais secundário, destinado a servir quer a localidade,

Presidente

Secretário

quer o concelho de Lamego e a região do Douro, bem como o facto de este constituir a última possibilidade de paragem a montante da eclusa da Barragem de Bagaúste/Régua, desempenhando a função de anteporto; considerando o interesse do Município de Lamego na requalificação da orla fluvial, a montante da barragem de Bagaúste e adaptação do cais existente para desportos não motorizados;

Considerando, ainda, que, para o efeito, o Município de Lamego apresentou a candidatura do projecto de “Requalificação do cais de Bagaúste e adaptação para desportos não motorizados” a financiamento comunitário através do Programa Operacional Regional Norte – (ON.2) – Turismo Douro Infra-estrutural, que mereceu aprovação, tendo já sido celebrado o respectivo contrato de financiamento;

Neste sentido, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja aprovada a minuta do Acordo de Cooperação Institucional entre o Instituto Portuário e do Transportes Marítimos, I.P. e o Município de Lamego, tendo em vista os objectivos visados na Candidatura ao Programa Turismo Douro Infra-estrutural do conjunto de intervenções necessárias à Requalificação do cais de Bagaúste e sua adaptação para desportos não motorizados, que inclui o rearranjo urbanístico e paisagista de todo o espaço público e zona envolvente.

É ainda objecto do presente Acordo a definição dos meios, formas e condições de actuação e cooperação entre as partes outorgantes na prossecução do objectivo comum de Requalificação do Cais de Bagaúste e sua adaptação para desportos não motorizados.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. Manuel Modesto Silva Correia, Ferreiros de Avões;
2. Dimas da Piedade Francisco, Cepões;
3. Amândio do Carmo Fonseca; Alvelos - Sé;
4. Gabriela Anjos, Lamego.

Presidente

Secretário

1. No uso da palavra o senhor **Manuel Modesto Silva Correia** interveio para procurar saber quais os desenvolvimentos das anteriores exposições, relativamente ao mau estado do caminho no Lugar do Ribeiro, tendo-lhe sido comunicado pelo senhor Vice-Presidente da Câmara que registara a sua preocupação e que o assunto está a ser tramitado nos serviços de obras municipais, devendo ter-se em conta o custo efectivo de tal obra com a utilidade e serventia do mesmo em benefício dos munícipes.

2. O senhor **Dimas da Piedade Francisco** usou da palavra para denunciar que a Junta de Freguesia de Cepões andou a alcatroar um terreno de particulares. Considera, por isso a situação inadmissível, principalmente se se atender à grave crise económica e financeira que o país atravessa.

3. O senhor **Amândio do Carmo Fonseca** usou da palavra para informar o executivo que tinha enviado um ofício para a Junta de Freguesia da Sé e para a Câmara Municipal de Lamego, dando conta de alguns problemas que afectam a Freguesia da Sé, nomeadamente Alvelos. Daí a razão de estar presente o executivo da Junta da Sé, ao mesmo tempo que considerou, por isso oportuno abordar assuntos que se arrastam há muito tempo.

Referiu-se à expropriação de um terreno pertencente ao senhor Celso de Lima, sito na Quinta Sr. Amparo, em que este se recusou a vendê-lo e nada mais foi feito desde então sobre este assunto.

Referiu-se também a um caminho agrícola para o qual já foi feito um projecto e que serve muitos agricultores, existindo já uma deliberação no sentido de se elaborar uma candidatura, mas que até à data nada foi feito. Sugeriu, assim que o mesmo fosse incluído no próximo Plano de Actividades e Orçamento.

Comentou os cortes de energia eléctrica que estão a ser feitos nas Freguesias, questionando que gostaria de saber quais os critérios que estão subjacentes a esses cortes, uma vez que começaram logo pela Junta de Freguesia da Sé, mais propriamente no acesso ao Hospital de Proximidade de Lamego pelo Lugar do Pedregal, o que considera errado.

Referiu-se, ainda, às obras que estão a ser feitas no passeio junto ao edifício novo na Rua do Desterro, dado que o mesmo apresenta uma forma irregular com várias

Presidente

Secretário

ondulações, sugerindo que o mesmo deveria ser arranjado, pois situa-se numa via de entrada e saída da cidade.

Por fim, referiu-se ao assunto das 120 toneladas de paralelos, provenientes da antiga estrada nacional n.2 entre o Lugar do Matadouro e Penude, que estavam destinados à Freguesia da Sé e que, posteriormente, foram colocados num lugar sem vedação em Britiande e Várzea de Abrunhais. Sabemos agora que o referido material foi retirado, não se conhecendo o seu destino. Consta que entre outros destinos terá ido para as Freguesias de Britiande e Várzea de Abrunhais, o que se lamenta. Será que a Junta de Freguesia da Sé não merecia ter aplicado esse material na própria freguesia?

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondendo ao senhor Amândio do Carmo Fonseca, disse que no que se refere à expropriação do terreno, pessoalmente não tinha conhecimento desse assunto e que tal deliberação a existir foi proferido no domínio do anterior executivo. De qualquer modo, tal deliberação poderia ter sido executada nesse mandato e, se o não foi, tal só deverá ter sido porque se entendeu que as circunstâncias o não justificariam. Porém, tal assunto a ser retomado deverá partir de uma nova decisão do actual executivo, tendo em conta a conjuntura económica, a despesa a suportar, bem como os benefícios para o interesse público e munícipes em causa.

Quanto ao caminho agrícola que liga a povoação do Eirô de Baixo ao povo do Rio, em Alvelos, informou que no anterior mandato o mesmo foi objecto de uma candidatura para caminhos agrícolas, tendo apenas sido contemplado um que não o referido.

Já no que se refere aos cortes de energia eléctrica, estes inserem-se na política de contenção de despesas que a Câmara Municipal decidiu aplicar, tendo os critérios sido definidos pela Divisão de Manutenção e Serviços Urbanos, que na sua óptica tem feito um bom trabalho, nesta matéria.

Em relação ao arranjo dos passeios no Lugar do Desterro, informou o interveniente, que iria verificar junto dos serviços técnicos as incidências daquela obra, para que se possa proceder a eventuais rectificações.

Por fim, e quanto aos paralelos que foram colocados no campo de futebol de Britiande, o senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho**, informou que inicialmente, os mesmos estavam na zona do Canil, tendo posteriormente ido parar

Presidente

Secretário

a um estaleiro da Junta de Freguesia da Sé. Entretanto aquele terreno foi vendido e como tal, tinha de ser desocupado, tendo os paralelos sido utilizados para obras, sempre que necessário.

De seguida usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** que considerou os assuntos colocados pelo senhor Amândio do Carmo Fonseca importantes e merecedores de uma explicação do senhor Presidente da Câmara, lamentado a sua ausência porque, nos casos concretos apresentados, seriam sem dúvida nenhuma, preciosas, todas as informações que o senhor Presidente pudesse prestar.

Disse que as dificuldades financeiras que o Município de Lamego atravessa não se devem só à conjuntura económica nacional e mundial, mas também a uma política errada de gestão seguida por este ao longo dos últimos seis anos, onde foi gasto muito dinheiro em investimentos de prioridade e interesse duvidosos e pouco necessários.

Este dinheiro, desbaratado nos últimos anos, poderia agora ser bem direccionado para auxiliar as famílias lamecenses, sobretudo as que estão em maiores dificuldades financeiras por força da crise que vivemos. Poderia, por exemplo, ser aplicado na compra de material escolar para as famílias mais carenciadas como se fez no Município de Odivelas. Ou poderia, ainda, baixar o IMI libertando mais as famílias deste ónus financeiro, como foi o caso do Município de Caldas de Rainha. Mas em Lamego isso não irá acontecer porque, quando podia, o Município não foi suficientemente prudente e cauteloso na selecção dos investimentos de facto importantes e estruturantes, optando antes pelo despesismo sem critério, em alguns casos roçando mesmo a megalomania gratuita e desnecessária, como é o caso do Pavilhão Multiusos. Agora, desprovido de recursos financeiros e exaurido nas suas finanças, não só não ajuda socialmente os lamecenses, como ainda os penaliza mais pelo aumento de taxas e impostos e pela diminuição dos apoios sociais concedidos.

Finalmente, afirmou que concorda com o executivo em relação aos cortes de energia eléctrica operados, pois existem lugares onde não se justifica ter tanta luminosidade resultando em gastos supérfluos que oneram ainda mais as já frágeis finanças municipais.

Presidente

Secretário

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** afirmou que é solidário e leal com o senhor Presidente da Câmara, nomeadamente no que se refere às obras que se fizeram, pois entende que esses investimentos eram necessários para o desenvolvimento do concelho de Lamego. Só que, quando eles se iniciaram, ninguém imaginava a grave crise económica e financeira que o país está a atravessar neste momento.

4. A senhora **D. Gabriela Anjos** no uso da palavra referiu que tinha um lugar na feira semanal, mas que este não constava no respectivo mapa e que, passado algum tempo, o senhor António Humberto do Carmo Ribeiro, fiscal da feira, a impediu de ocupar aquele espaço. Solicitou, por isso, ao senhor Vice-Presidente a legalização de um lugar na feira semanal, que já requereu no ano de 2010. Até agora não obteve qualquer resposta a esse pedido.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que iria inteirar-se deste assunto, no sentido de, de imediato, lhe ser dada uma resposta.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** interveio para referir que a não autorização do espaço requerido resulta de o número de Feirantes que existem atualmente na Feira semanal, ser superior ao número de lugares que o novo espaço irá dispor.

Por esse motivo não se justifica que sejam emitidas novas licenças de ocupação de espaço na Feira semanal.

Será feito um levantamento rigoroso dos Feirantes que possuíam anteriormente licença, a fim de a Câmara decidir sobre esta matéria.

44-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

45-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada

Presidente

Secretário

por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais,
Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Vice-Presidente,

A Secretária